

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD/065.2025
AQUISIÇÃO DE BENS – COMPRA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

UASG: 981083 - **Data da Conclusão da Contratação:** 26.12.2025.

Área Requisitante:

Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral – SEGOV.

Responsável Pela Demanda:

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO

Secretária Municipal de Governo e Administração Geral CPF:
903.938.723-00 – Matrícula: 000082

E-mail: liviarodriguesluth@gmail.com

Telefone: 89 98102-8558

2. DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO:

2.1. O objeto deste documento é contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, **modalidade INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO, em sua forma eletrônica**, conforme detalhamento, especificações, quantitativos estimados e exigências contidas no Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Considerando a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, solicito a Vossa Excelência a contratação de empresa especializada, conforme proposta em anexo.

3.2. A contratação de serviços profissionais advocatícios especializados na área financeira justifica-se pela necessidade de garantir a plena recuperação de créditos e a revisão de valores devidos ao ente público ou privado, em conformidade com a legislação vigente, visando à proteção patrimonial e ao fortalecimento financeiro.

3.3. A complexidade do sistema tributário brasileiro, aliada à frequente atualização de normas e jurisprudências, exige expertise técnica para identificar e reivindicar valores retidos indevidamente ou calculados de forma discrepante. A restituição do IRRF envolve análise minuciosa de lançamentos, reconciliação contábil e ajuizamento de demandas administrativas ou judiciais, quando necessário, para assegurar o direito ao ressarcimento integral. A atuação de profissionais especializados é imprescindível para superar obstáculos técnicos e garantir a observância dos prazos legais.

3.3. A Contratação pretendida visa suprir necessidades de assessoria e consultoria jurídicas do Município de Francisco Santos, em virtude da insuficiência do contingente de servidores do município, ou ausência de expertise para atender às demandas em suas peculiaridades, além de ausência de estrutura logística para acompanhar e diligenciar tempestivamente os processos nas diversas comarcas e localidades que se situam fora do município, contribuindo – assim – para dar

segurança jurídica às atividades hodiernas que demandam auxílio jurídico do município, atuando sempre em conjunto e complementação à Procuradoria/Assessoria Jurídica deste.

Vantagens da Contratação Especializada

- **Expertise Técnica:** Domínio das nuances legais, tributárias e contábeis envolvidas, com ênfase em precedentes judiciais e administrativos favoráveis.
- **Otimização de Recursos:** Agilidade na identificação de créditos e na propositura de medidas legais, evitando a prescrição de direitos.
- **Impacto Financeiro Positivo:** Recuperação de valores que podem ser reinvestidos em políticas públicas, infraestrutura ou no aprimoramento de serviços essenciais.

3.4. O conceito de singularidade aqui não está atrelado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao [artigo 74, inciso III, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021](#), não existe um serviço que possa ser prestado exclusivamente por uma única pessoa. A singularidade refere-se à complexidade e especificidade, exigindo um acentuado nível de segurança e cuidado. Desta forma, a natureza singular abrange situações diferenciadas que demandam elevados níveis de competência.

3.5. A nova lei de licitações, em seu artigo 74, inciso III, alínea "c", versa sobre a inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, exceto para serviços de publicidade e divulgação. A presença da singularidade e notória especialização dos serviços técnicos, especialmente na contratação de assessoria e consultoria jurídica, justifica a inexigibilidade de licitação conforme determinado pela Lei de Licitações.

3.6. Além disso, a definição de notória especialização, conforme o [artigo 74, § 30, da Lei nº 14.133/2021](#), abrange profissionais ou empresas cujo conceito deriva de desempenho anterior, estudos, experiência e outros requisitos essenciais e reconhecidamente adequados à plena satisfação do objeto do contrato. Essa especialização e a singularidade dos serviços, aliada à incapacidade de absorção desses serviços pelo corpo técnico da municipalidade, justificam a inexigibilidade da licitação.

3.7. Os serviços a serem desenvolvidos pelo contratado versam sobre assessoria e consultoria técnica especializada de evidente complexidade. A singularidade e a exigência de qualificação técnica e profissional elevam esses serviços à categoria de inexigíveis. Ademais, a contratação de tais serviços implica na otimização do andamento das atividades desenvolvidas pela prefeitura.

3.8. Diante da relevância desses serviços para a administração pública, convém destacar o ensinamento de Marçal Justen Filho, que observa que alguns serviços exigem habilitação específica, vinculada a determinada capacitação intelectual e material. Nesses casos, a variação no desenvolvimento dos serviços os individualiza, excluindo a possibilidade de comparações ou competições.

Justificativa Valores a Receber IRPF

3.9. A contratação ora proposta tem por finalidade a prestação de serviços jurídicos especializados na área financeira e tributária, com o objetivo de promover as medidas necessárias à restituição de valores pagos indevidamente pelo Município a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), incidente sobre pagamentos efetuados pela própria administração municipal.

3.10. Tais pagamentos, realizados a qualquer título — como remunerações, contratos administrativos, repasses e outros —, foram objeto de retenção e recolhimento de IRRF, em desacordo com a interpretação jurídica atualmente reconhecida por diversos tribunais e órgãos de controle, os quais têm entendido que, em determinadas situações, o Município figura como contribuinte de direito, e não deve, portanto, suportar o ônus financeiro decorrente dessas retenções.

3.11. A apuração e recuperação desses valores exigem uma análise técnica e detalhada dos procedimentos contábeis e fiscais adotados, bem como o correto enquadramento jurídico das

hipóteses de restituição previstas na legislação vigente. Trata-se de matéria de elevada complexidade, que demanda conhecimento específico nas áreas de direito tributário, direito financeiro público e contabilidade pública.

3.12. Faz-se necessária a presente aquisição dos serviços contínuos listados no item 4.1 deste documento referente às requisições geradas pelo Sistema PGC (Planejamento e Gerenciamento da Contratação), referente à necessidade de Aquisição de Serviços, que o objeto a ser fornecido é de suma importância para o desenvolvimento das atividades essenciais e imprescindíveis, tais como, por esta razão solicitamos que o procedimento seja realizado através de **INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO, sob o regime de execução indireta “Maior Retorno Econômico”, para atender no disposto do art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Nº 019/2023/GP, Francisco Santos/PI, 22 de dezembro de 2023.**

3.13. Os itens demandados constam da listagem do Plano Anual de Contratações da PMFS/PI – PAC 2026, estando devidamente registrados no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, nos termos do [Decreto Municipal Nº 020/2023/GP, Francisco Santos - PI, 26 de dezembro de 2023](#).

3.14. Considerando a [Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Considerando o art. 74. É inexigível a licitação:

(---)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(---)

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

(---)

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

(---)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato..

3.15. A presente licitação será realizada por meio de inexigibilidade, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens de natureza comum, de que trata a [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e [Decreto Municipal nº 019/2023](#), por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio de pregão. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

4. QUANTIDADE DE MATERIAL/SERVIÇO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA:

4.1. Para atender a demanda estima-se o consumo de bens, conforme quantidades estabelecidas na

tabela a seguir:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Catser	Quantidade
01	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI e conduzir a sua aplicação devida a complexa legislação, nos termos que atenda a determinação da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores dias corridos.	Unidade	25615	01

A título de contraprestação, estipula-se que, para cada R\$1,00 (um real) efetivamente arrecadado ou recuperado em decorrência da ação judicial ajuizada, será devido o pagamento de R\$0,20 (vinte centavos) a sociedade de advogados contratada.

Estima-se que o valor total de recuperação em favor do Município é de R\$969.145,52 (novecentos e sessenta e nove mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), representando os honorários contratuais o montante estimado de R\$193.829,10 (cento e noventa e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e dez centavos).

Os valores mencionados no parágrafo anterior são meramente estimativos, restando sua fixação final a partir da fase de liquidação/cumprimento de sentença.

5. GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA:

5.1. Alto

Em conformidade a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Francisco Santos – PI, 12 de dezembro de 2025.

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS
CARVALHO:90393872300

Assinado de forma digital por LIVIA
RODRIGUES DOS SANTOS
CARVALHO:90393872300

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082

Dados: 2025.12.12 12:27:09 -03'00'

Solicitação de Orçamento

Ao representante da empresa **MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE ADVOGADO**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.765.987/0001-96, sediada na Rua Dr. Otávio Bandeira, nº 217, Bairro IPSEP, CEP: 51.190-140, município de Recife, Estado do Pernambuco, fone (81) 99972-2191, e-mail: mlucianolima@gmail.com.

Prezado Sr.;

Vimos por meio deste solicitar que nos envie **COTAÇÃO DE PREÇOS** que objetiva a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI e suas secretarias municipais, e conduzir a sua aplicação devida a complexa legislação, nos termos que atenda a determinação da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores dias corridos.

Item	Descrição	Unidade	Catser	Quantidade	V. Unitário	V. Total
1	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI e suas secretarias municipais, e conduzir a sua aplicação devida a complexa legislação, nos termos que atenda a determinação da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores dias corridos..	Unidade	25615	01		
TOTAL						

Em momento oportuno a futura contratada deverá apresentar proposta em que seja possível verificar que a monta não destoa de outros serviços prestados de mesma natureza, conforme orientação da **Advocacia Geral da União**:

É obrigatória a justificativa de preços na inexigibilidade de licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas. (Orientação Normativa AGU nº 17/09).

Ao término de tais disposições, restará justificada a realização das pesquisas através de contratações similares de outros entes públicos, bem como a comparação com preços praticados pela futura contratada.

Francisco Santos – PI, 04 de dezembro de 2025.

LIVIA RODRIGUES DOS
SANTOS
CARVALHO:90393872300

Assinado de forma digital por LIVIA
RODRIGUES DOS SANTOS
CARVALHO:90393872300
Dados: 2025.12.04 16:55:43 -03'00'

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082



REGISTRO:	POLINA:
ANEXOS: ✓	NÚMERO: 07
09.2/2025	

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS

CNPJ: 06.553.713/0001/69
Praça Licínio Pereira, 24 = CEP: 64.645-000
Francisco Santos – PI



CHECK LIST DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

- 01 – PROPOSTA DE PREÇOS; (Comprovação de preços compatíveis usuais de mercado similar com contratações de outros Entes).
- 02 – DOCUMENTAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA E ÚLTIMO ADITIVO;
- 03 – RG E CPF DO REPRESENTANTE DA EMPRESA;
- 04 – CARTÃO DO CNPJ;
- 05 – CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO;
- 06 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS;
- 07 – CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;
- 08 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO;
- 09 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO;
- 10 – A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL SERÁ RESTRITA A:
- 11 - APRESENTAÇÃO DE PROFISSIONAL, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE, QUANDO FOR O CASO, DETENTOR DE ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO DE CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES, PARA FINS DE CONTRATAÇÃO;
- 12 - CERTIDÕES OU ATESTADOS, REGULARMENTE EMITIDOS PELO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE, QUANDO FOR O CASO, QUE DEMONSTREM CAPACIDADE OPERACIONAL NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS SIMILARES DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR, BEM COMO DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS EMITIDOS NA FORMA DO § 3º DO ART. 88 DESTA LEI;
- 13 - INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO, DAS INSTALAÇÕES E DO APARELHAMENTO ADEQUADOS E DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO, BEM COMO DA QUALIFICAÇÃO DE CADA MEMBRO DA EQUIPE TÉCNICA QUE SE RESPONSABILIZARÁ PELOS TRABALHOS;
- 14 - PROVA DO ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL, QUANDO FOR O CASO;
- 15 - REGISTRO OU INSCRIÇÃO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE, QUANDO FOR O CASO;
- 16 - DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO.
- 17 – CERTIDÃO DE FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL;
- 18 – BALANÇO PATRIMONIAL E DEMAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS;
- 19 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, CF/88 (NÃO EMPREGA MENOR).



FLS: 08	POLAR:
ANEXOS: ✓	NÚMERO: 092/2025



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS

CNPJ: 06.553.713/0001/69
Praça Licínio Pereira, 24 = CEP: 64.645-000
Francisco Santos – PI

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Solicitamos a Vossa Excelência a abertura de processo administrativo objetivando a contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica, para elaboração de pareceres, treinamentos e qualificação de pessoal, destinados ao município de Francisco Santos – PI e suas secretarias municipais, e conduzir a sua aplicação devida a complexa legislação, nos termos que atenda a determinação da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores dias corridos.

A justificativa desta Contratação Direta por inexigibilidade de licitação está conforme dispõe o artigo 74, incisos III, da Lei Federal nº 14.133/21, in verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

A documentação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira; regularidade fiscal e trabalhista e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999) da contratada encontra-se anexo.

Informamos que esta solicitação tem por objetivo mantermos as funcionalidades da Prefeitura Municipal de Francisco Santos – PI e suas Secretarias.

Francisco Santos – PI, 04 de dezembro de 2025.

LÍVIA RODRIGUES DOS
SANTOS
CARVALHO:90393872300

Assinado de forma digital por LÍVIA
RODRIGUES DOS SANTOS
CARVALHO:90393872300
Dados: 2025.12.04 16:56:56 -03'00'

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **04.765.987/0001-96**
Razão Social: **MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

Atividade Econômica Principal:
6911-7/01 - SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

Endereço:
RUA DR OTAVIO BANDEIRA, 217 - IPSEP - 51.190-140 - Recife / Pernambuco

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço <https://comprasnet.gov.br>.
Este certificado não substitui os documentos exigidos em lei.

Emitido em: 04/12/2025 16:47



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 04.765.987/0001-96 DUNS®: 897349036
Razão Social: MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE
ADVOGADOS
Nome Fantasia: LUCIANO LIMA ASSESSORIA JURIDICA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/12/2026
Natureza Jurídica: SOCIEDADE SIMPLES PURA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Indisponibilidade do SIAPE no momento

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui pendências em um ou mais níveis de cadastramento. Para mais informações, utilize as funcionalidades de consulta disponíveis.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	20/05/2026	Automática
FGTS	Validade:	30/12/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	02/06/2026	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Sem Informação	(*)
Receita Municipal	Sem Informação	(*)



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 04.765.987/0001-96 DUNS®: 897349036
Razão Social: MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE
ADVOGADOS
Nome Fantasia: LUCIANO LIMA ASSESSORIA JURIDICA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/12/2026

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 20/05/2026
Código de Controle: D79BCE21893C5560

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 30/12/2025
Código de Controle: 2025120104301121536451

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 02/06/2026
Código de Controle: 751802112025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.765.987/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/10/2001	
NOME EMPRESARIAL MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE ADVOGADOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LUCIANO LIMA ASSESSORIA JURIDICA		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.11-7-01 - Serviços advocatícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 223-2 - Sociedade Simples Pura			
LOGRADOURO R DR OTAVIO BANDEIRA	NÚMERO 217	COMPLEMENTO *****	
CEP 51.190-140	BAIRRO/DISTRITO IPSEP	MUNICÍPIO RECIFE	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO MLUCIANOLIMA@GMAIL.COM		TELEFONE (81) 9972-2191	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/11/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 04/12/2025 às 16:49:33 (data e hora de Brasília).



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:

04.765.987/0001-96

NOME EMPRESARIAL:

MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CAPITAL SOCIAL:

R\$10.000,00 (Dez mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:

THIAGO IBIAPINA COELHO

Qualificação:

49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:

MANOEL LUCIANO SILVA DE LIMA

Qualificação:

52-Sócio com Capital

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 04/12/2025 às 16:49 (data e hora de Brasília).



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 04/12/2025 16:50:54

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE ADVOGADOS**
CNPJ: **04.765.987/0001-96**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **THIAGO IBIAPINA COELHO**

CPF/CNPJ: **006.508.823-93**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:45:18 do dia 04/12/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: OLD8041225164518

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade



Certidão Negativa

Certifico que nesta data (04/12/2025 às 16:45) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 006.508.823-93.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6931.E4EB.517A.B547 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **MANOEL LUCIANO SILVA DE LIMA**

CPF/CNPJ: **508.036.894-20**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:46:17 do dia 04/12/2025, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:5>

Código de controle da certidão: **Z7EJ041225164617**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade



Certidão Negativa

Certifico que nesta data (04/12/2025 às 16:46) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 508.036.894-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6931.E524.2B81.5604 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Criar...



E-mail



Contatos



Calendário



Configurações



Modo escuro



Sobre



Sair



Webmail

Home

Solicitação de Orçamento

Para mlucianolima@gmail.com em 2025-12-04 16:59

[Detalhes](#) [Cabeçalhos](#)

Solicitação de Orçamento - Manoel Luciano Lima e Thiago Ibiapina .pdf assinado.pdf (~538 KB)

Francisco Santos - PI, 04 de dezembro 2025.

Boa Tarde;

Ao representante da empresa MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE ADVOGADO, inscrita no CNPJ sob o nº 04.765.987/0001-96, sediada na Rua Dr. Otávio Bandeira, nº 217, Bairro IPSEP, CEP: 51.190-140, município de Recife, Estado do Pernambuco, fone (81) 99972-2191, e-mail: mlucianolima@gmail.com.

Prezado Sr.;

Vimos por meio deste solicitar que nos envie COTAÇÃO DE PREÇOS que objetiva a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos - PI e suas secretarias municipais, e conduzir a sua aplicação devida a complexa legislação, nos termos que atenda a determinação da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores dias corridos.

Atenciosamente;

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO

Secretária Municipal de Governo e Administração Geral

CPF: 903.938.723-00 - Matrícula: 000082

Estudo Técnico Preliminar 065/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 092/2025.

UASG: 981083.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade nele especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Este estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e embasar o Termo de Referência, conforme previsto no art. 6º, inciso XX da Lei 14.133/2021.

2. Objeto

Trata-se de estudo técnico preliminar solicitado pela Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral do município de Francisco Santos – PI, a fim de subsidiar a **Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI**, conforme condições e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência e Contrato.

3. Descrição da Necessidade da Contratação

A contratação dos serviços justifica-se pela necessidade de dar continuidade às atividades desta máquina administrativa no que diz respeito a análise e acompanhamento de processos judiciais e extrajudiciais no Âmbito federal, estadual e municipal. Costumeiramente, a administração enfrenta demandas judiciais e administrativas, de particulares e entes públicos, nas mais diversas searas do direito, e para tanto necessita de representação judicial imediata.

Considerando que devido a interpretação distorcida da disposição constitucional, a União Federal entende que pertencem aos Municípios apenas a totalidade do imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) retido pelo respectivo ente, suas autarquias e fundações, a qualquer título, sobre os rendimentos pagos às pessoas físicas servidoras ou empregadas.

Ocorrendo que a indevida interpretação, acaba restringindo drasticamente o direito constitucional do Município à totalidade do IRRF - inclusive o imposto retido decorrente de contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços e de fornecimento de bens e mercadorias, é que se deve buscar o socorro do Judiciário para que seja reconhecido o respectivo indébito tributário, mediante restituição/compensação dos valores pagos indevidamente dos últimos 05 anos de recolhimento devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Trata-se então de uma medida urgente e vital à regularização do Município de Francisco Santos/PI, para obtenção de Certidão Negativa e equilíbrio financeiro até então não previsto no Município, e que

deve ser buscado na preservação arrecadatória de sua competência, segundo preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a premente necessidade do ente municipal, com vistas à contratação de assessoria jurídica especializada em matéria tributária para a inclusão como beneficiário de créditos alusivos ao IR Retido na Fonte pelo Município quando do pagamento a Prestadores de Serviços, Pessoa Jurídica.

Importante salientar que tais créditos se inserem em rubrica extra orçamentária do Município e são receitas adicionais que advém de sua preservação arrecadatória, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo o Município, para tanto, contratar assessoria jurídica especializada em matéria tributária para proceder aos trabalhos. Acrescenta, ademais, que é imprescindível tal contratação na medida em que é objeto altamente especializado e devido a carência de aptidão para fazê-lo com sua própria assessoria.

Em oportuno da relevância econômica, decorrente da recuperação da referida receita é imensurável e necessita de específico e elevado grau de conhecimento técnico, considerando tratar-se de verbas das mais importantes para a Gestão da Coisa Pública.

A defasagem nos repasses da União, em desacordo com os parâmetros técnicos atualizados, gere prejuízos significativos aos cofres públicos. A advocacia especializada atuará na revisão dos cálculos, na elaboração de recursos administrativos e na judicialização das demandas, garantindo a complementação financeira devida e o equilíbrio das contas.

A contratação em epígrafe se mostra necessária para possibilitar o desenvolvimento dos trabalhos do Poder Executivo, visto que não há no quadro funcional da Prefeitura Municipal agente público com *expertise* ao objeto da contratação, sendo indispensável a presente contratação.

Considerando que a Administração Municipal não dispõe, dentre o seu atual quadro da Secretaria/Gabinete de profissional técnico capacitado para o desenvolvimento destas atividades, bem como a atual assessoria jurídica trata apenas de questões administrativa e contenciosas, levando em consideração a natureza complexa da presente contratação que envolve questões de natureza tributária/contábil, auditoria e jurídica especializada em ações fiscais/tributárias é que se faz necessária a presente contratação.

Apresenta-se, neste contexto, o escritório de advocacia **MANOEL LUCIANO LIMA & THIAGO IBIAPINA SOCIEDADE DE ADVOGADO**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.765.987/0001-96, sediada na Rua Dr. Otávio Bandeira, nº 217, Bairro IPSEP, CEP: 51.190-140, município de Recife, Estado do Pernambuco, fone (81) 99972-2191, e-mail: mlucianolima@gmail.com, cujo corpo técnico verificou a existência de um valor estimado a ser recuperado no total de **R\$969.145,52 (novecentos e sessenta e nove mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, pelo qual, se e quando obtido êxito, do total recuperado será cobrado 20% de honorários, que corresponde estimativamente ao valor de **R\$193.829,10 (cento e noventa e três mil, oitocentos e vinte nove reais e dez centavos)**. Tais serviços permitirão que seja restituído valor repassados a menor pela união. Além de permitir a Propositura de demanda judicial ou administrativa, Liquidação dos valores repassados à menor, Execução do crédito apurado, com inscrição em precatório, Acompanhamento da inscrição e pagamento do precatório até a efetiva entrada dos valores nos cofres do município e outros.

Ademais, vê-se a impossibilidade da realização do serviço por um profissional padrão, já que o objeto não está dentro de suas atribuições regulares, face à complexidade da tarefa a ser realizada, o que confere especificidade ao serviço a ser contratado. Ao caso concreto, justifica-se a contratação pela iminente necessidade de recuperação de valores repassados a menor pela União ao município de Francisco Santos/PI.

A Contratação pretendida visa suprir necessidades de assessoria e consultoria jurídicas do Município de Francisco Santos, em virtude da insuficiência do contingente de servidores do município, ou

ausência de expertise para atender às demandas em suas peculiaridades, além de ausência de estrutura logística para acompanhar e diligenciar tempestivamente os processos nas diversas comarcas e localidades que se situam fora do município, contribuindo – assim – para dar segurança jurídica às atividades hodiernas que demandam auxílio jurídico do município, atuando sempre em conjunto e complementação à Procuradoria/Assessoria Jurídica deste.

Vantagens da Contratação Especializada

- **Expertise Técnica:** Domínio das nuances legais, tributárias e contábeis envolvidas, com ênfase em precedentes judiciais e administrativos favoráveis.
- **Otimização de Recursos:** Agilidade na identificação de créditos e na propositura de medidas legais, evitando a prescrição de direitos.
- **Impacto Financeiro Positivo:** Recuperação de valores que podem ser reinvestidos em políticas públicas, infraestrutura ou no aprimoramento de serviços essenciais.

A contratação de serviços jurídico para a Secretaria de Municipal de Governo e Administração Geral – SEGOV do Município de Francisco Santos/PI traz diversos benefícios, tanto do ponto de vista técnico quanto operacional, administrativo e social. Abaixo, listamos os principais benefícios dessa contratação:

- Garantia de Conformidade com Normas Técnicas;
- Garantia de Conformidade com Normas Técnicas;
- Eficiência na Gestão de Recursos Públicos;
- Acessibilidade e inclusão;
- Agilidade e Redução de Riscos; e
- Fortalecimento da Gestão Local.

O conceito de singularidade aqui não está atrelado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao [artigo 74, inciso III, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021](#), não existe um serviço que possa ser prestado exclusivamente por uma única pessoa. A singularidade refere-se à complexidade e especificidade, exigindo um acentuado nível de segurança e cuidado. Desta forma, a natureza singular abrange situações diferenciadas que demandam elevados níveis de competência.

3.5. A nova lei de licitações, em seu artigo 74, inciso III, alínea "c", versa sobre a inexigibilidade para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, exceto para serviços de publicidade e divulgação. A presença da singularidade e notória especialização dos serviços técnicos, especialmente na contratação de assessoria e consultoria jurídica, justifica a inexigibilidade de licitação conforme determinado pela Lei de Licitações.

Além disso, a definição de notória especialização, conforme o [artigo 74, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), abrange profissionais ou empresas cujo conceito deriva de desempenho anterior, estudos, experiência e outros requisitos essenciais e reconhecidamente adequados à plena satisfação do objeto do contrato. Essa especialização e a singularidade dos serviços, aliada à incapacidade de absorção desses serviços pelo corpo técnico da municipalidade, justificam a inexigibilidade da licitação.

Os serviços a serem desenvolvidos pelo contratado versam sobre assessoria e consultoria técnica especializada de evidente complexidade. A singularidade e a exigência de qualificação técnica e profissional elevam esses serviços à categoria de inexigíveis. Ademais, a contratação de tais serviços implica na otimização do andamento das atividades desenvolvidas pela prefeitura.

Diante da relevância desses serviços para a administração pública, convém destacar o ensinamento de Marçal Justen Filho, que observa que alguns serviços exigem habilitação específica, vinculada a

determinada capacitação intelectual e material. Nesses casos, a variação no desenvolvimento dos serviços os individualiza, excluindo a possibilidade de comparações ou competições.

Benefícios da Contratação:

Os benefícios eficazes da contratação de serviços de advocacia especializado nos serviços de recuperação de recursos para a Secretaria de Municipal de Governo e Administração Geral – SEGOV do Município de Francisco Santos/PI, são claros e impactam diretamente a qualidade do atendimento, segurança, sustentabilidade e eficiência das unidades. Além disso, garantem uso mais responsável dos recursos públicos, proporcionando economia a longo prazo e contribuindo para o bem-estar da população. A capacidade de planejar estrategicamente, implementar soluções inovadoras e reduzir riscos e custos são elementos-chave que tornam essa contratação uma medida fundamental para o sucesso no município. No nosso sucinto entendimento vislumbramos a possibilidade do desencadeamento de Processo Administrativo de inexigibilidade de Licitação, com fulcro no art. 74, III Alínea "e" da Lei Federal nº 14.133/2021.

Justificativa Valores a Receber IRRF

A contratação ora proposta tem por finalidade a prestação de serviços jurídicos especializados na área financeira e tributária, com o objetivo de promover as medidas necessárias à restituição de valores pagos indevidamente pelo Município a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), incidente sobre pagamentos efetuados pela própria administração municipal. Tais pagamentos, realizados a qualquer título — como remunerações, contratos administrativos, repasses e outros —, foram objeto de retenção e recolhimento de IRRF, em desacordo com a interpretação jurídica atualmente reconhecida por diversos tribunais e órgãos de controle, os quais têm entendido que, em determinadas situações, o Município figura como contribuinte de direito, e não deve, portanto, suportar o ônus financeiro decorrente dessas retenções. A apuração e recuperação desses valores exigem uma análise técnica e detalhada dos procedimentos contábeis e fiscais adotados, bem como o correto enquadramento jurídico das hipóteses de restituição previstas na legislação vigente. Trata-se de matéria de elevada complexidade, que demanda conhecimento específico nas áreas de direito tributário, direito financeiro público e contabilidade pública.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do [artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021](#).

Será exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação técnica (rol do artigo 67), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68) habilitação econômico-financeira (rol do artigo 69), todos da mesma legislação (Lei Federal nº 14.133/2021).

Sendo assim, os documentos exigidos serão:

1. Contrato social da empresa (todas as alterações ou última consolidação);
2. Documento de Identificação dos sócios da empresa;
3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;
5. Regularidade perante a Fazenda Municipal;
6. Regularidade perante a Fazenda Estadual;
7. Regularidade perante a Fazenda Federal;
8. Regularidade perante a Caixa Econômica Federal;

9. Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
10. Atestado de capacidade técnica profissional e/ou operacional, Certificados e declarações.
11. Registro no conselho profissional competente, se houver;
12. Declaração do Menor, nos termos da CF.

A empresa deverá comprovar ainda:

Especialização Jurídica: A sociedade de advogados contratada deverá possuir comprovada experiência em Direito Administrativo, Financeiro, Tributário e em demandas cíveis envolvendo municípios, especialmente em ações contra a União Federal, no âmbito da Justiça Comum e Federal. Deverá ainda dispor de equipe técnica capaz de realizar estudos prévios de viabilidade para identificação de Municípios com potencial para majoração do coeficiente do índices estabelecidos na tabela TUNEP ou IVR, com base em dados oficiais amplamente divulgados pelo Poder Público.

Experiência Comprovada: Será exigida a comprovação de experiência prévia na representação de entes públicos em ações judiciais relevantes, especialmente em demandas envolvendo a revisão de repasses a adequação da tabela de IRRF. A contratada deve apresentar histórico de atuação em consultoria jurídica voltada à defesa dos interesses administrativos e financeiros de municípios, com ênfase na resolução de questões que envolvam o cálculo de coeficientes populacionais e a atualização de dados oficiais.

Equipe Qualificada: A equipe técnica deve ser composta por profissionais regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com experiência mínima de 5 anos na prática jurídica em áreas correlatas As demandas da contratação. A qualificação deve ser comprovada por meio de currículos e documentos pertinentes.

Atendimento Contínuo e Disponibilidade: A sociedade contratada deverá demonstrar capacidade para fornecer suporte jurídico contínuo ao Município de Francisco Santos/PI, adaptando-se às demandas relacionadas ao ajuizamento e acompanhamento do processo judicial para revisão do índice de repasses a adequação da tabela de IRRF. A contratada deverá garantir uma resposta ágil e eficiente, atendendo prontamente às necessidades do Município.

Capacidade de Análise e Proposição: A contratada deve demonstrar habilidade para identificar riscos jurídicos relacionados ao processo de revisão do índice de repasses a adequação da tabela de IRRF, propondo medidas preventivas e soluções eficazes para resolver questões tanto consultivas quanto contenciosas.

Confidencialidade: Compromisso formal com a confidencialidade de todas as informações sensíveis e estratégicas do município, resguardando os dados em conformidade com as normativas legais aplicáveis.

Relatórios Periódicos: A sociedade contratada deverá apresentar relatórios periódicos detalhados sobre o andamento dos processos judiciais e consultivos. Esses relatórios devem conter análises objetivas, descrição das ações realizadas, resultados alcançados e proposições para futuras ações estratégicas.

Instrumentos de Monitoramento: A sociedade deverá implementar instrumentos de monitoramento dos processos sob sua responsabilidade, assegurando que todas as etapas sejam cumpridas dentro dos prazos legais e administrativos estipulados.

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto da contratação, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no [art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato ou equivalente:

Início: Imediato;

Conclusão: 12 (doze) meses.

A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de

assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observadas as características do objeto contratado, conforme o disposto no [Art. 105, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

A contratação do serviço, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: [Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021](#), [Decreto Municipal nº 019/2023](#), [Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006](#), e [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#).

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

5. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Governo e Administração – SEGOV	Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho

6. Levantamento de Mercado

Conforme o disposto no [inciso V. § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), foi realizado levantamento de mercado com o propósito de identificar e avaliar alternativas viáveis para a contratação de sociedade de advogados, especializada na prestação de serviços jurídicos de natureza singular, voltados a atuação judicial contenciosa. A contratação visa à proposição de ação judicial com o objetivo de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI.

Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consultas aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas. Ou seja, conforme levantamento realizado por esta administração, outras entidades administrativas municipais optam por contratar, para auxiliar em eventuais demandas, serviços advocatícios profissionais, para realizar demandas extraordinárias, não resolvidas ordinariamente pelas procuradorias jurídicas dos municípios. Considerando tratar-se de serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, foram considerados (02) dois possíveis cenários.

Opção 01 — Adesão à Ata de Registro de Preço.

Opção 02 — Contratação direta por inexigibilidade de licitação, tendo como principal elemento caracterizador, a inviabilidade à situação de impossibilidade de competição.

Quanto a opção 01, esta opção mostrou-se inviável, uma vez que há significativa dificuldade em localizar Atas de Registro de Preço que contemplem de forma adequada os serviços jurídicos especializados, com a complexidade e especificidade exigidas para a propositura de ação judicial voltada a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI.

Quanto a opção 02, esta alternativa se mostrou a única viável, considerando a natureza singular do objeto e a necessidade de contratação de serviços técnicos especializados com notória especialização.

A atuação envolve conhecimento jurídico específico nas áreas de Direito Administrativo, Financeiro e Tributário, exigindo profissional ou sociedade de advogados com experiência comprovada em demandas semelhantes, especialmente perante a Justiça Comum e Federal.

A contratação por inexigibilidade assegura a Administração Pública a seleção de prestador de serviço altamente qualificado, com capacidade técnica e experiência necessária para oferecer soluções céleres e eficazes, contribuindo para a eficiência da gestão pública e para a defesa do interesse público municipal.

Esta abordagem assegura que a Administração Pública possa contratar um prestador de serviços que não apenas atenda aos requisitos técnicos e de experiência previamente definidos, mas que também ofereça soluções eficientes e céleres para as dificuldades diversas que perpassam as contratações públicas, contribuindo assim para a eficiência e eficácia da administração pública em conformidade com o interesse público.

Segue abaixo levantamento extraído do TCE-PI - Mural de Contratos no endereço eletrônico <https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=901565>, de diversos procedimentos administrativos de licitação realizadas por outros órgãos da administração pública que tratam do tipo de contratação pretendida:

Órgão	Identificador	Objeto	Contratada	Valor do contrato	Nº do contrato
P. M. DE MONSENHOR GIL	CW-027138/25 (ID 901565)	Contratação a prestação de serviços advocatícios especializados, com o objetivo de promover, em nome do município de Monsenhor Gil/PI, ação judicial visando à recuperação das receitas públicas relativas às retenções de Imposto de Renda na Fonte (IRRF) que deixaram de ser efetuadas pela municipalidade nos últimos cinco anos, notadamente sobre pagamentos a pessoas físicas e jurídicas decorrentes da prestação de bens e serviços, cuja titularidade foi reconhecida em decisão de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1130).	AZEDO, DOURADO, AMADOR E BATISTA SOCIEDADE DE ADVOGADOS CNPJ: 35.135.634/0001-36	314.467,49	090/2025

Fonte: TCE-PI - Mural de Contratos, pesquisa realizada em: 12/12/2025, 10/42.

O relatório na íntegra da pesquisa realizada encontra-se anexa aos autos do processo nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e [Decreto Municipal nº 019/2023](#)”.

O levantamento acima informa vários tipos de licitação utilizada para a contratação de objeto similar ao pretendido por essa administração. No entanto, a melhor solução demonstrada no quadro acima, e indicada por esse estudo, seria a modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, mormente a complexidade dos serviços e ausência de profissional capacitado no quadro da administração pública municipal. Portanto, visando atender as necessidades preçpuas da administração a melhor solução seria a licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Diante do exposto e após análise comparativa, deve-se indicar a solução escolhida para o atendimento da necessidade em questão, demonstrando, com base em razões fáticas e a partir do levantamento de mercado, que ela é a que melhor atende ao interesse público mediante cumprimento dos requisitos da contratação e levando-se em conta aspectos técnicos e econômicos a ela relacionados. Esclarecemos, também, que a presente escolha visa atender o princípio da eficiência, uma vez que a contratação de um profissional qualquer poderá causar prejuízo ao interesse público.

7. Descrição da Solução Como Um Todo

A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área do DIREITO TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. A contratação em tela visa dar continuidade aos serviços acessórios que dão sustentabilidade à otimização e adequação das atividades da administração pública, em suas atribuições finalísticas. Os serviços deverão ser executados com zelo e destreza, e de acordo com as descrições, detalhamento e especificações a serem estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério da Administração.

Após a busca de mercado, definiu-se que a única solução viável para a contratação do objeto pretendido é por inexigibilidade de licitação, por ser inviável a competição, com supedâneo no inciso III, do art. 74, da Lei 14.133/2021.

Conforme os elementos apresentados, a solução é: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI. Entende-se que o serviço poderá ser realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

O intuito é garantir que a aplicação da legislação vigente, especialmente no que tange à [Lei Federal nº 14.133/21](#) e suas alterações posteriores, seja feita de forma eficiente, conforme as diretrizes legais.

Os serviços deverão englobar, mas não se limitar a:

A contratação dos serviços técnicos especializados visa, portanto, garantir que o município de Francisco Santos – PI, dentro dos padrões exigidos pela [Lei Federal nº 14.133/21](#), minimizando riscos jurídicos e assegurando a efetividade da gestão pública. O prestador de serviços deverá atuar de acordo com as exigências legais, respeitando os prazos e a complexidade normativa que envolve a aplicação da legislação mencionada.

A solução proposta tem como um de seus principais objetivos proporcionar ao município e seus servidores o conhecimento necessário para conduzir com excelência o processo de licitação e gestão contratual, atendendo às determinações legais com eficácia e transparência.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos a serem executados já estão definidos na planilha orçamentária anexa a este documento, sendo que a previsão da Administração para contratação do objeto, é a que segue:

A contratação deve ser realizada por 12 meses, afim de garantir que o município disponha de serviços jurídicos de acessoria, até o final deste ano civil.

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Catser	Quantidade
01	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI e suas secretarias municipais, e conduzir a sua aplicação devida a complexa legislação, nos termos que atenda a determinação da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores dias corridos.	Unidade	25615	01

9. Estimativa do valor da contratação (inciso VI, § 1º, do art.18, da Lei nº 14.133/2021)

Para estimar o valor da contratação de sociedade de advogados especializada no ajuizamento de ação judicial visando o ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, foram realizadas pesquisas de mercado, bem como analisadas contratações similares realizadas por outros entes públicos. Abaixo, apresentamos uma planilha contendo os dados coletados para embasamento da estimativa de custo da contratação:

Item	Descrição do Objeto	Unidade	Catser	Quantidade
01	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI e suas secretarias municipais, e conduzir a sua aplicação devida a complexa legislação, nos termos que atenda a determinação da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores dias corridos..	Serviço	25615	01

A título de contraprestação, estipula-se que, para cada R\$ 1,00 (um real) efetivamente arrecadado ou recuperado em decorrência da ação judicial ajuizada, será devido o pagamento de R\$0,20 (vinte centavos) a sociedade de advogados contratada.

Estima-se que o valor total de recuperação em favor do Município é de R\$969.145,52 (novecentos e sessenta e nove mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), representando os honorários contratuais o montante estimado de R\$193.829,10 (cento e noventa e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e dez centavos).

Os valores mencionados no parágrafo anterior são meramente estimativos, restando sua fixação final a partir da fase de liquidação/cumprimento de sentença.

O pagamento ocorrerá a partir da data do primeiro repasse realizado após decisão judicial favorável. Ressalta-se, contudo, que esta forma de remuneração esta condicionada ao êxito da demanda, sem qualquer ônus inicial para o Município, e está em consonância com contratações semelhantes realizadas por outros entes públicos. O valor final poderá variar de acordo com o montante efetivamente recuperado e a complexidade da execução das decisões judiciais ou administrativas obtidas.

Dessa forma, optou-se por realizar a pesquisa no PAINEL de Preços do Tribunal de Contas do Estado do Piauí no endereço eletrônico <https://sistemas.tce.pi.gov.br/painel-preco/#/form>, conforme documentos anexos (Relatório de Pesquisas de preços). A pesquisa acima, bem como os documentos que lhe dão suporte estão discriminados na pesquisa de preços anexo a esse Estudo Técnico Preliminar.

Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros dos [incisos I e IV do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021](#).

Foi priorizada a consulta às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o [artigo 5º, §1º, da IN SEGES/ME nº 65/2021](#), no entanto, cabe ressaltar que em contratações referentes ao fornecimento "in loco" as diversas variáveis envolvidas influenciam no valor da contratação, dessa forma o inciso I serviu de base para conferência da compatibilidade dos preços e o inciso IV foi utilizado para formação do valor estimado da contratação.

Dessa forma, optou-se por realizar a pesquisa no PAINEL de Preços do Tribunal de Contas do Estado do

Piauí no endereço eletrônico <https://sistemas.tce.pi.gov.br/painel-preco/#/form>, conforme documentos anexos (Relatório de Pesquisas de preços). A pesquisa acima, bem como os documentos que lhe dão suporte estão discriminados na pesquisa de preços anexo a esse Estudo Técnico Preliminar.

Para comprovação do estimado da contratação junto a outros órgãos foi realizada consulta ao ao Painel de Preços do Tribunal de Contas do Estado do Piauí buscando por contratações similares, cujo resultado foi:

Com base na tabela de quantitativo do item 9, o valor estimado dessa contratação, conforme custos unitários apostos na tabela acima assim distribuído:

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Governo e Administração – SEGOV	Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho

Para estimar o valor da contratação de sociedade de advogados especializada no ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, que garanta o necessário equilíbrio econômico-financeiro entre o município e a união federal, bem como, condenando o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco anos e nos anos posteriores, foram realizadas pesquisas de mercado, bem como analisadas contratações similares realizadas por outros entes públicos. Acima, apresentamos uma planilha contendo os dados coletados para embasamento da estimativa de custo da contratação:

10. Justificativa para Parcelamento ou Não do Objeto

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala.

A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será realizado em um único item, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada.

Considerados os aspectos e as características da solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, acima detalhada e, ainda, as particularidades e a dinâmica das atividades a serem desenvolvidas, entende-se que sobre o objeto da presente contratação não poderá incidir outra possibilidade de parcelamento, quer seja no modo formal, não permitindo a impraticável cotação de quantidade inferior à demandada no procedimento para o respectivo item; quer seja na forma material, não sendo possível a execução em consórcio ou ocorrer a autorização para a realização de subcontratação. Esta contratação diz respeito a serviço de natureza indivisível, ficando justificado o não parcelamento da solução.

11. Contratações Correlatas/Interdependentes

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a realização do fornecimento dos bens podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Não há contratações correlatas ou interdependentes, tendo em vista o objeto contemplar em sua totalidade a especificação/descrição da necessidade do município para que o mesmo possa fazer uso..

12. Alinhamento Entre Plano Anual de Contratações e o Planejamento

As instituições e órgãos da Administração Pública têm o dever de alinhar suas propostas de contratação com seus planos organizacionais, o que evita contratações desalinhadas com os objetivos estabelecidos e gastos em iniciativas poucas produtivas para a organização. Por isso que a administração pública municipal deve ter planos institucionais que demonstre quais são os seus objetivos, metas e iniciativas que desejam desenvolver no médio prazo, pois estes servirão de base para as contratações realizadas pelos departamentos de administração, principalmente voltada aos serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares.

O alinhamento da proposta de contratação foi feito em consonância com o planejamento estratégico da PMFS/PI e os programas, projetos e atividades estabelecidos nos instrumentos de orçamento do governo municipal (PPA, LDO e LOA). O atual planejamento estratégico da PMFS/PI encontra-se disponível no sítio <https://transparencia.franciscosantos.pi.gov.br/franciscosantos/transparencia>.

O desempenho dos processos relacionados aos objetivos estratégicos definidos será satisfatório desde que sejam executadas as atribuições institucionais da PMFS/PI. Contratação consta no Plano de gerenciamento da contratação.

A contratação está de acordo com o Plano Anual de Contratações da Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral para exercício do ano 2025, conforme o disposto no [art. 176 da Lei nº 14.133/2021](#), passando pelo conhecimento dos gestores superiores, desde esta fase de planejamento, por entender a importância dos serviços para garantir um dos eixos estratégicos do Plano de Gestão 2025-2028, que é Promover infraestrutura física para viabilizar ações de melhoria da qualidade de vida. O Plano Anual de Contratações para exercício do ano 2025, foi publicado no PNCP no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, **ID PCA PNCP**, 06553713000169-0-000001/2025, **Unidade**, 981083 - Prefeitura Municipal de Francisco Santos, **Data Publicação no PNCP** em 06/01/2025.

Conforme disposto no [art. 18, 81º, VI de Lei 14.133/2021](#), é essencial que todo procedimento de contratação pública esteja em conformidade com o Plano de Contratações Anual da entidade. Neste sentido, as aquisições dos serviços profissionais de assessoria no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, que garanta o necessário equilíbrio econômico-financeiro entre o município e a união federal, bem como, condenando o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco anos e nos anos posteriores enquanto tramitar o processo judicial, está plenamente alinhada ao Plano de Contratações Anual da referida entidade para o exercício financeiro corrente.

Desta forma, o processo administrativo de número 092/2025 se insere de maneira estratégica dentro do contexto de planejamento previamente estabelecido pela Prefeitura Municipal de Francisco Santos - PI, assegurando que a realização desta contratação atende diretamente aos requisitos e iniciativas propostas no Plano de Contratação Anual, formulado com o intuito de prover as instituições educacionais municipais, esse alinhamento reafirma o compromisso da Administração Pública com o planejamento estratégico, a gestão eficiente dos recursos e, sobretudo, coadunando-se, assim, com os princípios da eficiência e da economicidade.

O Plano Anual de Contratações do Município foi elaborado para o ano 2025. Entretanto, ressaltamos que a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, que garanta o necessário equilíbrio

econômico-financeiro entre o município e a união federal, bem como, condenando o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco anos e nos anos posteriores enquanto tramitar o processo judicial, não foi planejada tendo em vista que a gestão da PMFS/PI, destacamos que o mesmo está alinhado com o Planejamento Estratégico do Município.

A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes na [Lei Municipal nº 019/2023](#), bem como tendo em vista os preceitos legais dispostos no [artigo 40 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

13. Providências a Serem Adotadas pela Administração Previamente à Celebração do Contrato

É cediço informar que, a presente contratação deverá ser precedida de processo licitatório, em observância a [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no presente documento, isto é, a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, que garanta o necessário equilíbrio econômico-financeiro entre o município e a união federal, bem como, condenando o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco anos e nos anos posteriores enquanto tramitar o processo judicial, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; ([inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021](#)): Designação do fiscal de contrato para o acompanhamento da execução do objeto;

Designação do gestor de contrato para o acompanhamento da execução do objeto; Definição e planos de trabalhos com vistas à boa execução do objeto contratado.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- b) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- c) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- d) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato.

14. Impactos Ambientais

A presente contratação não possuirá nenhuma incidência sobre o meio ambiente, não gerando nenhum tipo de impacto ambiental, por sua própria natureza.

15. Viabilidade da Contratação

Diante do exposto descrito acima, entende que é VIÁVEL a contratação da solução demandada conforme as análises.

Justificativa da Viabilidade: Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no presente documento, isto é, a contratação de empresa especializada na prestação, para **Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI**, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

Após análise da contratação declaramos viável a contratação pelo seu resultado eficaz e eficiente

16. Do Recebimento do Objeto, dos Honorários, Forma de Pagamento, Reajustamento, Reequilíbrio Econômico-Financeiro e do Regime de Execução

O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida inexigibilidade de licitação, se dará:

- PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

Pela realização dos serviços elencados neste processo, o CONTRANTE pagará ao CONTRATADO honorários de êxito equivalente 20% (vinte por cento) sobre o benefício auferido pelo MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI. Os pagamentos serão feitos de acordo com a realização dos serviços, ou seja, após o trânsito em julgado da sentença ou acordão judicial, com a efetiva recuperação ou incremento dos recursos eventualmente pleiteados para o município, sendo que nos casos de acordos judiciais, somente após respectiva homologação do mesmo em Juízo, em até 30 (trinta) dias após o efetivo proveito econômico em favor do Município, devendo a CONTRATADA comprovar o adimplemento das obrigações e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições contidas no Projeto Básico e Contrato, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na Proposta de Preços do licitante em conformidade com projeto básico.

A CONTRATADA compromete-se a fornecer todas as informações necessárias à propositura das medidas judiciais descritas neste contrato/Projeto Básico/Termo de Referência, bem como adimplir as despesas de viagem (transporte, estadia e alimentação), para a prática de atos processuais pertinentes ao objeto deste contrato (quando necessárias), gastos de postagem ou remessa junto à ECT, cópias reprográficas e autenticações, pagamento de perito contábil e/ou assistente técnico, ou quaisquer valores cujo dispêndio torne-se necessário no curso da lide, desde que autorizadas previamente por seu representante legal.

Eventual sucumbência da parte adversária por verba honorária, qualquer que seja a respectiva fixação, pertencerá ao prestador dos serviços advocatícios, que poderá proceder livremente à cobrança e recebimento da mesma, em seu proveito exclusivo.

No caso de êxito da demanda proposta e devidos a partir do momento em que forem disponibilizados os valores em favor do Município CONTRATANTE, de forma total ou em parcelas, mediante a expedição de precatório ou alvará judicial a ser recebido pessoalmente pelo Prefeito Municipal ou a quem esse indicar mediante procuração pública, fica expressamente consignado que o percentual equivalente aos honorários advocatícios (caput) será pago diretamente à CONTRATADA, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte e a ser desmembrada pelo Juiz na forma do § 4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, independentemente dos honorários sucumbenciais fixados judicialmente.

Por ocasião da realização dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a

respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI.

O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014; (observado o que dispõe o art. 3º, parágrafo único da EC nº. 106, promulgada em 7 de maio de 2020)
- A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;
- Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.

Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal e trabalhista.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTAMENTO: Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – a IBGE,

acumulado em 12 (doze) meses.

Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, “d” da Lei Federal nº 14.133/21, alterada e consolidada.

REGIME DE EXECUÇÃO: O Regime de execução será indireta em empreitada por preço unitário.

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

Para efeito de **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o **RECEBIMENTO DEFINITIVO**, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades. A Nota Fiscal de Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade

fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº14.133/2021..

17. Da Fundamentação Legal

O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), especificamente seu artigo art. 74, inciso III, alínea “e” e na Lei 14.039/2020, fora inserido expressamente a Lei dos Contadores (DL 9.295/46) que profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei.

18. Demonstrativo dos Resultados pretendidos (inciso IX, § 1º, do art. 18, da Lei nº 14.133/2021)

A Administração almejada com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados: Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: serviços de assessoria e consultoria técnica especializada para prestação serviços advocatícios de representação judicial em defesa dos interesses do município de Francisco Santos – PI.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração. Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

19. Indicação dos Integrantes da Equipe de Planejamento:

Autoridade imediata: Livia Rodrigues dos Santos Carvalho.

Gestor de Contrato:

Titular: Marinalva Ana de Jesus Carvalho, CPF nº 451.267.123-49, e-mail: gal.anajeses@hotmail.com, telefone (89) 98114-8719 e Matrícula nº 00010519.

Suplente: Ramon Carlos de Sousa, CPF nº 041.817.443-10, e-mail: ramon.carlos18@hotmail.com, telefone: (89) 98143-8742 e matrícula nº 000649.

Fiscal do Contrato:

Titular: Ademildo de Lima Júnior, CPF nº 061.290.013-47, e-mail: ademildojr8@gmail.com,



REVISÃO:	POLINA:
ANEXOS:	NÚMERO:

ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS

CNPJ: 06.553.713/0001/69

Praça Licínio Pereira, 24 = CEP: 64.645-000

Francisco Santos – PI



telefone: (89) 98111-0055, matrícula nº 000154.

Suplente: Graciene Maria Rodrigues Silva, CPF nº 010.161.573-63. E-mail:

gracienerodriguesane@hotmail.com, telefone (89) 98108-5594, matrícula nº 000162.

Francisco Santos – PI, 12 de dezembro de 2025.

LIVIA RODRIGUES DOS
SANTOS

Assinado de forma digital por LIVIA
RODRIGUES DOS SANTOS
CARVALHO:90393872300

~~CARVALHO:90393872300~~ Dados: 2025.12.12 11:23:23 -03'00'


LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO

Secretária Municipal de Governo e Administração Geral

CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082

MAPA DE RISCOS

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

 **Etapa 1:** Planejamento da contratação e seleção do fornecedor para prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, que garanta o necessário equilíbrio econômico-financeiro entre o município e a união federal, bem como, condenando o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco anos e nos anos posteriores enquanto tramitar o processo judicial até a efetiva restituição dos montantes ao município de Francisco Santos/PI.

A contratação visa atender as demandas pertinentes à agenda de contratações de serviços em conformidade com as requisições geradas pelo PGC/PAC, acatando as demandas das unidades administrativas, conforme registrado no documento de formalização da demanda referente a **serviços de assessoria jurídica**, uma vez que estes serviços são imprescindíveis para a complementação do atendimento das ações do Município.

FASE DE ANÁLISE	
X	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
	Gestão do Contrato

RISCO 01			
Risco de o Ente Municipal pagar honorários sem, contudo, obter o proveito econômico oriundo das ações a serem ajuizadas.			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	(X) Média	() Alta
Dano			
Dano 20% do montante a ser recuperado, conforme alíquota honorária.			
Ação Preventiva			Responsável
<p>A título de contraprestação, estipula-se que, para cada R\$ 1,00 (um real) efetivamente arrecadado ou recuperado em decorrência da ação judicial ajuizada, será devido o pagamento de R\$ 0,20 (vinte centavos) a sociedade de advogados contratada.</p> <p>Estima-se que o valor total de recuperação em favor do Município é de R\$969.145,52 (novecentos e sessenta e nove mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), representando os honorários contratuais o montante estimado de R\$193.829,10 (cento e noventa e três mil, oitocentos e vinte nove reais e dez centavos).</p> <p>Os valores mencionados no parágrafo anterior são meramente estimativos, restando sua fixação final a partir da fase de liquidação/cumprimento de sentença.</p>			Equipe de planejamento/ Setor de Licitações.

RISCO 02


Risco de o Ente Municipal ser derrotado na ação judicial e ser condenado no pagamento de honorários sucumbenciais à AGU.

Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	(X) Baixa	() Média	() Alta

Dano

Dano de R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00, considerando as alíquotas do art. 85, § 3º, do CPC, ante o fato de que a ação judicial terá valor da causa de, no máximo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Ação Preventiva	Responsável
Selecionar prestador com notória especialização e concreto histórico na propositura de demandas análogas, de forma a dirimir o risco de derrota.	Equipe de planejamento/ Setor de Licitações.

 **Etapa 2: GESTÃO DO CONTRATO** para assessoria e consultoria técnica especializada para prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, que garanta o necessário equilíbrio econômico-financeiro entre o município e a união federal, bem como, condenando o ente ao pagamento das diferenças identificadas nos últimos cinco anos e nos anos posteriores enquanto tramitar o processo judicial até a efetiva restituição dos montantes ao município de Francisco Santos/PI.

FASE DE EXECUÇÃO	
	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
X	Gestão do Contrato

RISCO 03

Falência, insolvência da Contratada.

Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta

Dano

Descontinuidade da aquisição dos serviços.

Ação de Contingência	Responsável
Rescisão contratual.	Autoridade Competente e Contratada.

RISCO 04

Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	(X) Baixa	() Média	() Alta

Dano

Descontinuidade da aquisição dos serviços.

Ação de Contingência	Responsável
Reequilíbrio econômico.	Autoridade Competente.

RISCO 05

Baixa qualificação técnica dos profissionais da empresa para execução do contrato.

FUNÇÃO:	POLÍCIA:
ANEXOS:	NÚMERO:

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS

CNPJ: 06.553.713/0001/69
Praça Licínio Pereira, 24 = CEP: 64.645-000
Francisco Santos – PI



Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	(X) Baixa	() Média	() Alta
Dano			
Atraso nas entregas; Baixa qualidade técnica do produto/serviço. Não atendimento do produto/serviço às necessidades técnicas e de negócio. Eventual prejudicação do interesse do município ao ter decisões desfavoráveis nas lides.			
Ação de Contingência			Responsável
Aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência conforme mecanismos. Solicitação de substituição dos profissionais.			Fiscal do contrato. Contratada

Francisco Santos – PI, 12 de dezembro de 2025.

LIVIA RODRIGUES DOS
SANTOS

CARVALHO:90393872300

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO

Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082

Assinado de forma digital por
LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS
CARVALHO:90393872300

Dados: 2025.12.12 11:29:34 -03'00'

TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS ADVOCATÍCIOS

Informações Básicas

Número do processo: 092/2025.

UASG: 981083 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS-PI.

1. Definição do Objeto

1.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021):

1.1.1. Aquisição dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade	Catser	Quantidade
01	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, e conduzir a sua aplicação devida a complexa legislação, nos termos que atenda a determinação da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores dias corridos.	Serviço	25615	01
VALOR TOTAL				

1.2. Estima-se que o valor total de recuperação em favor do Município é de **R\$969.145,52** (novecentos e sessenta e nove mil cento e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), representando os honorários contratuais o montante estimado de **R\$193.829,10** (cento e noventa e três mil, oitocentos e vinte nove reais e dez centavos).

1.2. Os valores mencionados no parágrafo anterior são meramente estimativos, restando sua fixação final a partir da fase de liquidação/cumprimento de sentença.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do **artigo 105 da Lei nº 14.133/2021**, podendo ter sua vigência prorrogada, por iguais períodos, desde que mantida a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**.

1.4. O custo estimado total correspondente, nos termos do **art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2. Descrição da Necessidade da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021):

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da Solução Como Um Todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto

(art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

3.1. A descrição da aquisição dos serviços profissionais de assessoria jurídica no tocante ao ajuizamento de uma ação contra a União Federal a fim de proceder com a restituição do Imposto sobre a Renda Retida na Fonte (IRRF) decorrentes dos pagamentos a qualquer título realizados pelo município de Francisco Santos – PI, a descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21):

4.1. Por ocasião da prestação dos serviços, deverão ser fornecidos de acordo como solicitado pela **Secretaria demandante** e atender as exigências, principalmente para as prescrições contidas no [art. 39, VIII, da Lei Federal nº 8.078/90](#) - Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos [arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21](#);

4.2.2. Executar a entrega do objeto em conformidade com o detalhamento expresso neste Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, observando rigorosamente as normas constantes neste instrumento e no contrato;

4.2.3. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

4.2.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, e demais encargos de qualquer natureza, inclusive com pessoal de sua contratação, necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista;

4.2.5. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais, causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros na execução do objeto do certame;

4.2.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação às especificações do contrato;

4.2.7. Os serviços deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI, à Praça Licínio Pereira, nº 24, Bairro Centro, CEP 64.645-000, Francisco Santos –PI, na data prevista neste Termo de Referência.

4.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

4.3.1. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.3.2. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato.

4.3.3. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.

4.3.4. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos fornecimentos, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas nos seus anexos;

4.3.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

4.3.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

4.3.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. Classificação Como Serviços Técnicos e Legislação Aplicável:

5.1. Em cumprimento ao dever de licitar previsto no [art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal](#), a contratação deverá adotar a modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, considerando que se trata de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, definidos como: aqueles realizados em trabalhos relativos a: a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral; c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias; [...] e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;

5.2. O objeto desta contratação a ser contratado enquadram-se como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos termos no [inciso XVIII do art. 6º](#).

5.3. Portanto, os atos administrativos pertinentes a licitação, e as contratações posteriores reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na seguinte legislação aplicável:

a) [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#);

[Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril 2021](#), bem como suas alterações posteriores;

b) [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006](#), e suas alterações;

c) [Decreto Municipal nº 019, de 22 de dezembro de 2023](#), que regulamenta a modalidade Inexigibilidade;

d) demais normas regulamentares aplicáveis a matéria;

e) subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a [Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de Execução Contratual (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021):

6.1. O prazo para execução dos serviços é de acordo com o prazo máximo estipulado para resposta judicial ou extrajudicial do município na lide em que se necessite dos serviços de acessoria e representação aqui especificados, conforme necessidade do órgão requisitante.

6.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. Modelo de Gestão do Contrato (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21):

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ([Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput](#)).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ([Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º](#)).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput](#)).

7.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do

contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021):

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **INEXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**.

8.2. Exigências de habilitação:

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1.1. Habilitação jurídica:

8.2.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede,

conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.2.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.2.1.1.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.2.1.1.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).

8.2.1.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.2.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal (conforme o caso) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.1.3. Qualificação Técnica:

8.2.1.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.2.1.3.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial

do fornecedor.

8.2.1.3.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

8.2.1.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. Objetivos da Contratação dos Serviços:

9.1. Os serviços especializados a serem contratados, deverão atender prontamente à revisão da parcela a que o Município faz jus em eventual erro dos cálculos do fundo de participação dos municípios e de outros créditos, buscando maximizar a receita municipal futura e à recuperação dos valores não protegidos pela prescrição quinquenal estatuída no Decreto nº 20.901/1932.

9.2. Assim, objetiva-se, a contratação de escritório de advocacia ou advogado que:

- Ajuíze a(s) devida(s) ação(ões) com tese de sua autoria nunca utilizada em qualquer ação que não seja por ele patrocinada;
- Conduza a(s) respectiva(s) ação(ões) desde o ajuizamento até o final do cumprimento de sentença;
- Contrate, a suas próprias expensas, profissionais habilitados a realizar os cálculos e toda a matéria pericial, aí incluída, se necessário, a elaboração: (i) de cálculos; (ii) de quesitos a serem respondidos por peritos; (iii) e de parecer técnico;
- Responsabilize-se por todos os recursos processuais que sejam necessários à correta conduções da(s) ação(ões); e
- Realize todos os cálculos necessários à liquidação e ao cumprimento de sentença.

10. Resultados Específicos:

10.1. Os serviços especificados têm como objetivo promover os seguintes resultados:

- Obtenção da condenação da União ao pagamento dos montantes não excluídos da base de cálculo do FPM em razão de eventuais defeitos nos cálculos dos valores que, legal e constitucionalmente, sejam devidos ao Município, estimados em R\$747.703,39; e
- Obtenção da condenação da União ao acréscimo dos valores devidos aos repasses mensais futuros.

11. Detalhamento dos Serviços Especializados a Serem Contratados:

- Elaboração da petição inicial;
- Elaboração de réplica;
- No caso de decisão por realização de perícia:
- elaboração de quesitos;
- apresentação ao perito judicial dos documentos e informações necessários aos trabalhos dele;
- elaboração de parecer técnico;
- elaboração de quesitos suplementares, se for o caso;
- Elaboração de respostas às deliberações judiciais que importem em efeitos ao processo;
- No caso de sentença favorável ao município, elaboração de contrarrazões ao recurso de

- apelação, e, no caso contrário, elaboração de apelação;
- No caso de acórdão em apelação favorável ao município, elaboração de contrarrazões aos recursos especial ou extraordinário eventualmente interpostos, e, no caso contrário, elaboração de RE ou de REsp.;
 - Elaboração dos cálculos para execução;
 - Elaboração de petição de cumprimento de sentença;
 - Elaboração de resposta a eventual impugnação dos valores de execução;
 - Elaboração de todos os recursos relativos a eventual impugnação;
 - Elaboração de petição de expedição de ofício requisitório;
 - Elaboração de petição para apresentar a conta bancária do Município, na qual deve ser depositado o valor do precatório;
 - Exame do cálculo do precatório; e
 - Apresentação de eventual petição de correção do valor do precatório, caso seja feito com erro, seguindo com os recursos necessários à correção.

12. Dos Preços e Condições de Pagamento:

12.1. Pagamento condicionado exclusivamente ao êxito: A proposta de remuneração veio apresentada exclusivamente na condição de êxito, já Inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, encargos sociais e trabalhistas, e outras despesas, INCLUSIVE COM PERITO JUDICIAL e com os ASSISTENTES TÉCNICOS DO MUNICÍPIO, tudo para o fiel atendimento do objeto, sendo que os custos omitidos na proposta serão considerados como inclusos nesta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o objeto ser fornecido/executado sem ônus adicionais. Não será aceita nenhuma condição de pagamento de valores pontuais ou periódicos a título de custeio da prestação dos serviços ou adiantamentos.

12.2. Limite máximo de remuneração: Os honorários contratuais serão no percentual de êxito de 20% (vinte por cento) não se admitindo qualquer outra remuneração além dessa e dos honorários de sucumbência.

12.3. Valor máximo a recuperar: O valor máximo de recuperação para o Município e que será a base para aplicação do percentual de remuneração por êxito será limitado ao teto de R\$969.145,52 em favor do Município;

12.4. Da apuração e pagamento do percentual: O contratado terá direito de receber, como único pagamento pelos serviços prestados, os honorários contratuais (além dos sucumbenciais), exclusivamente quando da expedição dos precatórios ao final do cumprimento de sentença.

13. Vigência do Contrato, dos Deveres e dos Direitos da Contratada:

13.1. Do Prazo de adjudicação e contratação: o Município promoverá, inicialmente, a assinatura do contrato, a publicação de seu extrato e expedirá a ordem de serviço, conferindo ao escritório a devida procuração.

13.1.1. Tendo em vista o caráter de continuidade dos serviços, a vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, e, dentro destes prazos, o contratado poderá ajuizar outras ações que entender convenientes.

13.1.2. Em razão de o objeto dessa contratação ser um ESCOPO, a vigência do contrato será prorrogada pelo tempo necessário à execução dos serviços, nos termos dos artigos 110 e 111 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Manutenção dos Deveres e Direitos das partes

13.2.1. Em razão da natureza singular do contrato e os efeitos da Lei Federal nº 14.133/2021, o

advogado contratado manterá, durante todo o período de tramitação da(s) ação(ões) ajuizada(s), independentemente do prazo de vigência do contrato, o dever de cumprir: (i) com todas as obrigações decorrentes do contrato, e (ii) os deveres previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. Da mesma forma, o contratado terá o direito: (i) de se manter como patrocinador da(s) ação(ões) durante todo o período de tramitação do(s) respectivo(s) processo(s), e (ii) de receber na totalidade dos honorários advocatícios de sucumbência e contratuais, em conformidade com o disposto nos arts. 72 e 22 da Lei nº 8.906, sendo vedada a introdução de qualquer outro advogado no processo por iniciativa do Município.

13.2.3. Independentemente de cláusula contratual nesse sentido, o município declara desde já o direito do(s) advogado(s) de requer(em) expedição de precatórios com destaque dos honorários contratuais e sucumbenciais.

13.3. Execução e Rescisão do contrato:

6.3.1. Junto com a ordem de serviço, o município concederá procuração pública irrevogável e irretratável, ao advogado, e, a partir daquela data, ele terá até 30 (trinta) dias para ajuizar a ação de recuperação do fundo de participação dos municípios, relativa aos programas subvencionados.

6.3.1.1. O descumprimento desse prazo importará automática rescisão do contrato e inabilitação para contratar

com a Administração Pública por dois anos.

13.3.2. O contrato será rescindido caso:

13.3.2.1. as razões de pedir ou dos pedidos do texto apresentado tenha idênticos argumentos apresentados em ação judicial já proposta sob o patrocínio de advogado(s) que não constem da proposta, em qualquer foro do Brasil;

13.3.2.2. seja verificada (na proposta, nos termos do subitem 14.1.2 do Item 14 deste termo de aposição indevida ou não autorizada de nome de algum advogado autor de tese jurídica constante de ação em que tenha sido utilizada.

14. Exame do Cumprimento dos Requisitos Obrigatórios da Proposta:

14.1. A proposta de preço cumpriu as seguintes exigências legais:

14.1.1. todos os serviços especificados no item 11 e seus subitens deste Termo de Referência, com o objetivo de assegurar os resultados; e

14.1.2 o nome de todos os advogados que atuará(ão) em nome do proponente, para efeitos de verificação do cumprimento do Item 13.3.2, vedada a aposição de nome sem o consentimento do Indicado;

14.1.3. a declaração de autoria da tese, firmada pelo contratado;

14.1.4. Não será cumprimento parcial dos serviços especificados no Item 5 e seus subitens;

14.1.5. O contratado já declarou na proposta que todas as despesas com assistentes técnicos, impostos, encargos e com deslocamentos do pessoal envolvido no projeto, equipamentos, transportes, suprimentos e instalações físicas deverão estar inclusos nos percentuais de êxito.

15. Da Fiscalização e Acompanhamento do Contrato:

15.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o [art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

15.2. Fica designada a servidora **Marinalva Ana de Jesus Carvalho**, CPF nº 451.267.123-49, e-mail: gal.anajeses@hotmail.com, telefone (89) 98114-8719 e Matrícula nº 00010519, como a “gestora

titular do presente Contrato”, a qual acompanhará a execução do fornecimento;

15.3. Fica designado o servidor Ramon Carlos de Sousa, CPF nº 041.817.443-10, e-mail: ramon.carlos18@hotmail.com, telefone: (89) 98143-8742 e matrícula nº 000649, como o “gestor suplente do presente Contrato”, a qual acompanhará a execução do fornecimento na impossibilidade da titular;

15.3. Fica designado o servidor **Ademildo de Lima Júnior**, CPF nº 061.290.013-47, e-mail: ademildojr8@gmail.com, telefone: (89) 98111-0055, matrícula nº 000154, como o “fiscal titular do presente Contrato”, o qual acompanhará a execução do fornecimento;

15.4. Fica designada a servidora Graciene Maria Rodrigues Silva, CPF nº 010.161.573-63. e-mail: gracienerodriguesane@hotmail.com, telefone (89) 98108-5594, matrícula nº 000162, como a “fiscal suplente do presente Contrato”, a qual acompanhará a execução do fornecimento na impossibilidade da titular;

15.5. Autoridade imediata: Livia Rodrigues dos Santos Carvalho.

16. Da Garantia de Execução (art. 92, XII):

16.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

17. Das Sanções Administrativas (art. 92, XIV):

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

Der causa à inexecução parcial do contrato;

17.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.3. Der causa à inexecução total do contrato;

17.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

17.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

17.9. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.9.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

17.9.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “17.4.”, “17.5.”, “17.6.”, “17.7.”, e “17.1.4.” do subitem acima deste TR, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens “17.1.5.”, “17.1.6.”, “17.1.7.” e “17.8.” do subitem acima deste Contrato, bem como nos itens “17.1.2.”, “17.1.3.” e “17.1.4.”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Multa:

17.10. Moratória de% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de () dias;

17.11. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

17.12. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

17.13. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.15. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.16. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.17. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

17.11.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.11.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.11.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.11.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

17.11.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

17.11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

17.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.13. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

17.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

18. Dos Casos Omissos (art. 92, III):

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições

contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. Da Publicação:

19.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

20. Foro (art. 92, §1º):

20.1. Fica eleito o Foro da comarca de Picos – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

21. Da Verificação da Qualificação Técnica e Econômico-Financeira:

21.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a relação dos documentos essenciais limitar-se-á a definida no [art. 67 da Lei da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Francisco Santos – PI, 12 de dezembro de 2025.

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS
CARVALHO:90393872300

Assinado de forma digital por LIVIA
RODRIGUES DOS SANTOS
CARVALHO:90393872300

Dados: 2025.12.12 12:18:10 -03'00'

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082

Aprovo o presente Termo de Referência na forma da Lei.

JOSE EDSON DE
CARVALHO:28678524391

Assinado de forma digital por JOSE
EDSON DE CARVALHO:28678524391
Dados: 2025.12.12 12:25:45 -03'00'

JOSÉ EDSON DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Francisco Santos/PI.